

RELATÓRIO – FIB 11 (2021)

Informações básicas sobre o painel

Título do workshop: Desinformação, redes sociais e eleições 2022: análises e perspectivas.

Tema do workshop: Democracia e eleições, desafios da internet e sociedade e notícias falsas e desinformação

Formato: Mesa Redonda.

Proponente: Amanda Alves, Bot Jurídico, Terceiro Setor.

Co-proponente: Jéssica Guedes Santos, Bot Jurídico, Terceiro Setor.

Palestrantes:

- **Débora Ely, Aos Fatos, Setor Empresarial.** Editora do Radar Aos Fatos. Antes, foi repórter de política do jornal Zero Hora. É formada em Comunicação Social e mestre em Ciências Sociais pela PUC-RS e foi acadêmica visitante da Escola de Relações Públicas e Internacionais da Universidade de Columbia.
- **Fábio Malini, LABIC/UFES, Comunidade Científica e Tecnológica.** Professor Associado no Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Espírito Santo, onde coordena o LABIC (Laboratório de Pesquisa sobre Imagem e Cibercultura). Atua na pesquisa aplicada no campo da ciência de dados, discursos políticos e análises de redes sociais.
- **Paulo Rená, IBIDEM, Terceiro Setor.** Mestre em Direito, Estado e Constituição (UnB); professor e pesquisador no Centro Universitário de Brasília (CEUB); ativista e fundador do Instituto Beta: Internet & Democracia (IBIDEM), ONG integrante da Coalizão Direitos na Rede; pesquisador na ONG AqualtuneLab. Servidor público federal, foi gestor do processo de elaboração coletiva do anteprojeto de lei do Marco Civil da Internet, na Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça.
- **Thiago Rondon, Tribunal Superior Eleitoral, Setor Governamental.** Coordenador digital de combate à desinformação no TSE.

Moderadora: Amanda Alves, Bot Jurídico, Terceiro Setor.

Relatora: Jéssica Guedes Santos, Bot Jurídico, Terceiro Setor.

Estruturação do workshop

Objetivos: O workshop teve como objetivo principal fomentar a discussão acerca dos impactos da desinformação por via de redes sociais na sociedade. Para tanto, foram realizadas análises das experiências brasileiras de propagação de informações falsas ou distorcidas na internet, e seus impactos na sociedade englobando: i) as medidas

adotadas pelo Tribunal Superior Eleitoral no combate à desinformação durante as eleições municipais de 2020, bem como sua efetividade, e ii) discussão acerca das experiências positivas e negativas do Brasil com relação ao tema, e como utilizar essas experiências nas eleições de 2022, pensando em soluções e medidas preventivas que assegurem um período eleitoral livre de desinformação.

Resultados pretendidos: Esperava-se que o debate alertasse os participantes acerca da seriedade do tema, e dos seus impactos nocivos, e, assim, pudesse incentivar a comunidade a pensar em maneiras de combater a desinformação em seus pequenos grupos, e também em escalas maiores. E, ainda, a organização proponente pretendeu produzir uma cartilha educativa, com base no debate realizado, para ser compartilhada nas mídias sociais.

Resultados alcançados: O workshop serviu como forma de alerta dos perigos da desinformação para 2022, não só para o período eleitoral, mas também com relação ao impacto da desinformação na organização social nacional. Para além disso, o workshop apresentou novas formas de refletir sobre o assunto, especialmente quando tratou do impacto da narrativa na construção de um cenário desinformativo. Ademais, o workshop ainda destacou iniciativas que diminuem o impacto da desinformação e apresentou críticas importantes a como a regulação do tema vem sendo tratada pelo Congresso Nacional.

Justificativa em relação à governança da Internet: Nos últimos anos tem-se visto de maneira recorrente a propagação de notícias falsas na internet, que geram comoção social por passarem-se como verdadeiras. No Brasil, as eleições presidenciais de 2018 despertaram a necessária atenção para tal problema. Assim, considerando que em 2022 novas eleições presidenciais serão realizadas, a discussão sobre o tema e sobre como evoluímos até aqui faz-se muito pertinente.

Metodologia e formas de participação desenvolvidas durante o workshop: O debate teve início após a mediação fazer as apresentações e contextualizar o tema (5 minutos). Após, cada representante dos setores da sociedade abordaram o tema sob a sua perspectiva setorial (15 minutos cada), a partir de uma pergunta orientadora direcionada para cada palestrante e feita pela mediação e de uma pergunta geral comum para todos os palestrantes. Os últimos 20 minutos foram destinados para interação com o público. Utilizaram-se plataformas sociais para incentivar o engajamento com o evento e com o debate em si, por meio da utilização de hashtag específica do evento (#FIB11), bem como a publicação de momentos do evento nas redes sociais da organização proponente e dos palestrantes.

Síntese dos debates

Paulo Rená, *Ibidem*, Terceiro Setor

- Seguindo a metodologia do workshop, a moderadora realizou a pergunta geral “Na perspectiva do seu setor, qual foi o impacto da desinformação nas eleições 2018 e nas eleições 2020? E qual o maior desafio que se apresenta para as eleições do ano que vem?”. Como pergunta específica para o setor, a

moderadora indagou: “Como os projetos de lei que pretendem impedir a desinformação nas redes sociais podem impactar o processo eleitoral do próximo ano? Qual o papel dos provedores de mensagem no combate à desinformação?”

- O palestrante expôs que a desinformação tem risco duplo. No aspecto da comunicação, a desinformação atrapalha e gera ruídos nos debates democráticos e em políticas públicas. No aspecto institucional, a desinformação também apresenta riscos para os direitos fundamentais, pois busca-se regular o tema com base em legislações ruins.
- O palestrante apontou que, apesar de ocorrerem vários debates sobre o assunto ao longo dos anos, o cenário apresentado não mudou muito. A maior mudança legislativa sobre o assunto seria a aprovação do PL 2630/2020, que pretende instituir a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet, pelo Senado Federal. O palestrante critica o PL 2630/2020, especialmente com relação a qualquer perspectiva de rastreabilidade.
- O palestrante destacou que a temática das *fake news* gera uma sobreposição de interesses, e atores e agentes políticos utilizam a regulação para tentar solucionar outros problemas, o que é ruim para o enfrentamento do tema, especialmente sobre os efeitos eleitorais da desinformação.
- Sobre os provedores de aplicação e serviços de mensageria, o palestrante entende que faltou postura de colaboração e maior transparência nos últimos processos eleitorais. Apesar de a desinformação não partir das empresas, existem aspectos das plataformas que incentivam a propagação de conteúdos polêmicos. As plataformas não devem monitorar ativamente o conteúdo das mensagens, pois isso pode gerar a criação de um novo risco para os usuários. O palestrante destaca que as plataformas devem ter papel mais ativo no combate à desinformação, a lei deve estabelecer a participação e os limites da remoção e transparência, mas não impedir as remoções.

Thiago Rondon, Tribunal Superior Eleitoral, Setor Governamental

- Seguindo a metodologia do workshop, a moderadora realizou a pergunta geral: “Na perspectiva do seu setor, qual foi o impacto da desinformação nas eleições 2018 e nas eleições 2020? E qual o maior desafio que se apresenta para as eleições do ano que vem?”. Como pergunta específica para o setor, a moderadora indagou: “Quais foram as ações adotadas pelo TSE contra a desinformação em 2018 e 2020? Quais foram os resultados dessas ações? Como o Tribunal está se preparando para lidar com o tema nas eleições de 2022?”
- O palestrante expôs que, desde 2019, o TSE instituiu um programa de enfrentamento à desinformação contra o processo eleitoral, que é não-regulatório e multissetorial. O programa conta com mais de 60 (sessenta) termos de colaboração com empresas e entidades. A atuação multissetorial é chave, uma vez que a desinformação envolve diversos fatores sociais.
- O programa tem três pilares, quais sejam, enfrentar a desinformação com uma chuva de informação, capacitação e combate ao comportamento inautêntico e coordenado.

- O palestrante destacou iniciativas importantes, como a construção da coalizão de checagem, elaboração do chatbot e parcerias com plataformas. O palestrante informou que o programa de combate à desinformação agora será permanente no TSE.
- O palestrante entende que é preciso não restringir o debate somente as plataformas, especialmente diante da dificuldade de tratar diretamente com as plataformas que não tem representação no Brasil. Todavia, o palestrante entende que é importante pensar sobre a transparência e formas possíveis que as plataformas devem garantir a transparência. Assim, o palestrante destacou que o debate sobre o assunto deve envolver todos os atores sociais envolvidos.

Débora Ely, Aos Fatos, Setor Empresarial

- Seguindo a metodologia do workshop, a moderadora realizou a pergunta geral: “Na perspectiva do seu setor, qual foi o impacto da desinformação nas eleições 2018 e nas eleições 2020? E qual o maior desafio que se apresenta para as eleições do ano que vem?”. Como pergunta específica para o setor, a moderadora indagou: “Foi possível observar mudanças na cobertura das eleições 2018 e 2020 por conta da desinformação? Dentro do trabalho da checagem de fatos, consegue observar algum conteúdo que seja mais usado para desinformar?”
- A palestrante destacou o funcionamento do Radar Aos Fatos, especialmente o monitoramento e a produção semanal de campanhas de desinformação.
- A palestrante apresentou casos relacionados à construção de uma narrativa de desinformação no Brasil e nos EUA. A palestrante tratou do caso das eleições do EUA de 2020, no qual Donald Trump divulgou supostas fraudes eleitorais no país durante todo o seu mandato, que culminou na invasão do Capitólio e no banimento das suas contas nas redes sociais.
- A palestrante expôs a construção da narrativa de Jair Bolsonaro com relação à fraude eleitoral, destacando o número de declarações falsas/imprecisas/insustentáveis realizadas por ele sobre o processo eleitoral brasileiro e o aumento de campanhas de desinformação sobre o tema desde o ano de 2020.
- A palestrante destacou que o Facebook, o Instagram, o Twitter e o Youtube, cada um com suas disposições específicas, tem previsões nas políticas de conteúdo que permitem o enquadramento da desinformação como conteúdo que deve ser impedido/reduzido na plataforma.

Fábio Malini, LABIC/UFES, Comunidade Científica e Tecnológica

- Seguindo a metodologia do workshop, a moderadora realizou a pergunta geral: “Na perspectiva do seu setor, qual foi o impacto da desinformação nas eleições 2018 e nas eleições 2020? E qual o maior desafio que se apresenta para as eleições do ano que vem?”. Como pergunta específica para o setor, a moderadora indagou: "Quais mudanças foram possíveis observar nos discursos

nas redes voltados para as eleições 2018 e 2020 e de que forma eles refletiram na realidade? Como o discurso está construído para 2022?”

- O palestrante destacou a crescente de bons estudos e de tecnologia que permitem desenvolver pesquisas precisas sobre o assunto e melhorar o desempenho de atuações conjuntas com outros setores, como a imprensa.
- O palestrante destacou que já estamos mitigando danos da desinformação para o processo de 2022, pois, apesar de termos vários estudos sobre o tema e sabermos todos os agentes de desinformação no Brasil, ainda não existe infraestrutura e ações públicas que enfrentam a questão. O palestrante destaca que os atores políticos não têm interesse em tratar o tema da forma devida.
- O palestrante destacou a responsabilidade das plataformas, que detém um poder regulatório privado forte e definem questões sobre privacidade, e a ausência de acesso aos dados das plataformas.
- O palestrante destacou que estamos entrando num processo de toxidade da plataforma, que gera a normalização de questões que não se sustentam na realidade.

Perguntas da audiência:

- **De que forma são identificados os geradores conteúdos fake? Os provedores e operadores têm acesso ao histórico das publicações?** O palestrante Paulo Rená respondeu que não é preciso bisbilhotar para saber de onde está sendo disseminada a desinformação e a ausência de sanção sobre o tema. O palestrante Fábio Malini destacou que o tema envolve um processo de interação, pois o conteúdo que desperta mais afetividade contribui para a sua viralização. A palestrante Débora Ely questionou até que ponto as plataformas aplicam as suas próprias penalidades.
- **Além do enfrentamento à desinformação sobre o processo eleitoral em si, o TSE também orienta os TREs sobre a desinformação que existe entre candidatos nas campanhas?** O palestrante Thiago Rondon informou que, nas eleições de 2020, o TSE forneceu cursos sobre o assunto para os TREs e os mesários. Mas, não é o papel do Tribunal, por isso, o TSE fomenta a postura multissetorial do tema para que os candidatos também possam adotar posturas ativas.

Identificação de consensos, pontos a aprofundar e dissensos:

Tipo de Manifestação	Conteúdo	Consenso ou Dissenso	Pontos a aprofundar
Posicionamento	Desinformação como fenômeno multifacetado	Consenso	Necessidade de estudar o tema com a complexidade

			que lhe é pertinente.
Posicionamento	Ausência de devido enfrentamento dos impactos eleitorais da desinformação	Não há como classificar. Apesar de três palestrantes apontarem a insuficiência de atitudes regulatórias e das plataformas, foram apresentadas atitudes tomadas pelo TSE.	Necessidade de acompanhar a efetividade das iniciativas do TSE. Necessidade de ampliar o debate para os outros atores, como partidos e plataformas.
Posicionamento	PL 2630/2020 é insuficiente para tratar o tema e viola direitos fundamentais	Não há como classificar. Dois palestrantes destacaram expressamente que o PL não fomenta o combate à desinformação.	--
Posicionamento	Maior participação das plataformas e maior transparência	Consenso	Necessidade de definir o conceito de transparência. Necessidade de definir papel das plataformas sem gerar censura aos usuários e nem aumento do poder das empresas.
Posicionamento	Identificação de todos os atores de desinformação do Brasil já foram realizados	Não há como classificar, o posicionamento foi destacado por um palestrante.	--
Posicionamento	Necessidade que os atores políticos enfrentem o tema da forma devida	Não há como classificar, o posicionamento foi destacado por um palestrante.	